

PAULO CESAR GALDINO DE SOUZA

**O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO E A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA
BRASILEIRA NA ANTÁRTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso – artigo científico apresentado à Comissão de Avaliação de TCC da Escola Superior de Guerra - Campus Brasília como exigência parcial para obtenção do certificado de Especialista em Altos Estudos em Defesa.

Orientadora: Prof.^a. Ms. Mariana Oliveira do Nascimento Plum

Brasília
2019

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG).

É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

PAULO CESAR GALDINO DE SOUZA

O Entorno estratégico brasileiro e a importância da presença brasileira na Antártica

Paulo Cesar Galdino de Souza¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como a descontinuidade/imprevisibilidade dos recursos orçamentários para o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), após três décadas de existência, pode afetar a consecução da logística e as pesquisas científicas, condição para a manutenção do status de membro consultivo no Tratado Antártico (TA). Em um primeiro momento, através de pesquisas bibliográficas, foi apresentado o histórico do Sistema do TA (STA) e da presença brasileira no continente. Em seguida, através de pesquisa documental de arquivos existentes na Marinha do Brasil e nos demais órgãos componentes do Sistema Antártico Brasileiro (SAB), realizou-se uma análise qualitativa e quantitativa de dados estatísticos, a fim de traçar um retrato fiel sobre a situação atual do Programa. Por fim, foi realizado o cruzamento de informações de outros países com as coletadas pelas pesquisas bibliográfica e documental, levantando-se as fraquezas e possibilidades de evolução do PROANTAR, na busca pelo protagonismo dentro do STA. A conclusão demonstra a necessidade de investimentos contínuos e consistentes, bem como a ampliação da divulgação dos objetivos e resultados do Programa, visando a condução do País a uma posição de destaque dentro do STA, ampliando, assim, a sua influência sobre o continente.

Palavras-chave: Antártica, pesquisas científicas, PROANTAR, Marinha do Brasil, recursos orçamentários.

Brazil's strategic environment and the importance of Brazilian presence at Antarctica

ABSTRACT

The purpose of this paper is to probe how the discontinuity/unpredictability of the budgetary resources for the Brazilian Antarctic Program (PROANTAR), after three decades of existence, may affect logistics performance and scientific researches, a requirement to remain a consultative member in the Antarctic Treaty (AT). Initially, through the means of bibliographic research, the history of the Antarctic Treaty System (ATS) and the Brazilian presence on the continent was presented. Afterward, using documentary research on existent archives from the Brazilian Navy and other agencies composing the Brazilian Antarctic System (BAS), a qualitative and quantitative analysis of the statistic data was carried out, to form an accurate picture of the Program's current state. Ultimately, a cross-check between the information from other countries and the ones gathered from the bibliographic and documentary research was done, identifying the vulnerabilities and growth opportunities from PROANTAR, in order to achieve protagonism in the ATS. The results of this study indicate the necessity of continuous and consistent investments, as well as the increase of the Program's objectives and results divulgation, aiming at leading the country to a prominent position inside the ATS, thus extending its influence over the continent.

Keywords: *Antarctic, scientific researches, PROANTAR, Brazilian Navy, budgetary resources.*

SUMÁRIO: 1 Introdução – 2 A Antártica e o desenvolvimento do PROANTAR – 3 O Brasil na Antártica – 4 O sexto continente e o interesse internacional – 5 Considerações finais

¹ Capitão de Mar e Guerra (FN). Subsecretário do Programa Antártico Brasileiro. Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED) da Escola Superior de Guerra (ESG) Campus Brasília, 2019.

1INTRODUÇÃO

Com uma área de aproximadamente 14.000.000 de Km², o continente antártico desperta o interesse internacional tanto por fatores científicos, como econômicos. É também considerado estratégico, uma vez que é o local de encontro dos três grandes oceanos do planeta, incluindo duas passagens primordiais para o comércio marítimo mundial - a Rota do Cabo, entre o Atlântico Sul e o Índico, e a Passagem de Drake - entre o Atlântico Sul e o Pacífico Sul (MATTOS, 2015).

O interesse do Brasil pela Antártica começou na década de 70, com o reconhecimento da importância estratégica do continente, e com a possibilidade da exploração dos recursos minerais da região, além da pesquisa científica no campo da meteorologia. O país, que é o sétimo território mais próximo da Antártica, tem seu regime climático decisivamente influenciado pelo continente e possui grande parte do litoral banhado por correntes marinhas provenientes do oceano austral, que afetam a nossa indústria de pescada (FERREIRA, 2009).

Mas somente em 1975, com a adesão ao Tratado Antártico (TA), que o Brasil passou a participar das decisões sobre a região. O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) é um Programa de Estado, criado em 1982, com funcionamento interinstitucional e gerenciado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM)² (BRASIL, 2011).

O Programa, cujas diretrizes gerais foram aprovadas pela Comissão Nacional para Assuntos Antárticos - CONANTAR, é o instrumento de execução da Política Nacional para Assuntos Antárticos - POLANTAR, aprovada pelo Decreto nº 94.401, de 03 de junho de 1987. O principal objetivo do PROANTAR é - "[...] promover pesquisa diversificada, de alta qualidade, [...], com a finalidade de compreender os fenômenos que ali ocorrem e sua influência sobre o território brasileiro, contribuindo, assim, para a efetivação da presença brasileira na região. [...]" (BRASIL, 2011, p. 14).

A partir de 1983, o Brasil passou a ter status de Membro Consultivo no TA. Esse posto ocupado pelo país resulta, conforme exigido pelo Artigo IX do Tratado, do desenvolvimento de substancial atividade de pesquisa na Antártica. Nesta condição, o Brasil passou a ter direito a voto e veto nas reuniões do Sistema do Tratado Antártico(STA), podendo, assim, participar das decisões sobre o futuro da região (BRASIL, 2016a).

O PROANTAR encontra-se na Antártica há 37 anos e, hoje, apesar de inúmeras

² A SECIRM é uma Organização Militar da Marinha do Brasil (MB) que além de coordenar o PROANTAR, gerencia o Plano Setorial para os Recursos do Mar e o Plano de Levantamento da Plataforma Continental.

dificuldades enfrentadas no decorrer de sua existência e ainda presentes, é um Programa consolidado e reconhecido pelos outros membros do STA, que é composto por 54 países, 29 deles com status de membro consultivo³ – que lhes garante participação na tomada de decisão sobre os rumos do continente, e 24 com status de observador – que participam das reuniões consultivas sobre o Tratado Antártico, mas não têm direito a voto nas decisões.

A partir do resultado significativo das pesquisas realizadas pelo PROANTAR, ao longo de toda sua trajetória, o Brasil vem ampliando seu conceito estratégico sobre a importância da Antártica, tanto que, em 2016, a Política Nacional de Defesa (PND) estabeleceu como áreas de interesse prioritário do entorno estratégico brasileiro a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental da África e a Antártica, ressaltando as significativas reservas de recursos naturais existentes nestas regiões e os possíveis cenários de conflito em função de disputas por estes bens (BRASIL, 2016b).

Atualmente, a importância da presença brasileira no continente Antártico é reforçada nos três documentos norteadores da Defesa Nacional: a PND; a Estratégia Nacional de Defesa (END); e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Esses documentos basearam-se, principalmente, nos objetivos nacionais fundamentais e nos objetivos da política externa brasileira, estabelecidos, respectivamente, nos artigos 3º e 4º da Constituição Federal⁴, além de outros planos e políticas governamentais.

A inclusão do continente nos documentos referenciados, assim como a proximidade da inauguração de uma moderna estação científica programada para 2020 evidenciam a importância que o Brasil dá para a sua presença na Antártica que, aliada a uma consistente produção científica, compõem a estratégia do País para alcançar o protagonismo internacional.

O presente trabalho identificou como problema a ser analisado, a descontinuidade/imprescibilidade dos recursos orçamentários para o PROANTAR, após três décadas de existência, que afetam diretamente a consecução da logística e as pesquisas científicas, condição para a manutenção do status de membro consultivo no TA. Nesse sentido, buscarei demonstrar como a ausência/descontinuidades desses recursos poderá impactar as pesquisas e impedir que o Programa se torne referência internacional, com liderança dentro do STA, sendo capaz de propor e aprovar pautas favoráveis aos interesses do

³ Dados disponíveis em: https://www.ats.aq/devAS/ats_parties.aspx?lang=e. Acesso em 28 jul. 2019.

⁴ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2019.

Brasil.

Como metodologia de pesquisa, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica de publicações que tinham a Antártica como tema principal, visando criar o arcabouço teórico sobre assuntos a serem descritos no decorrer do trabalho. Em um segundo momento, foi utilizada pesquisa documental de arquivos existentes na Marinha do Brasil, em especial na SECIRM e nos demais órgãos componentes do Sistema Antártico Brasileiro; Relatórios de Reuniões do Sistema do Tratado da Antártica, coletando dados concretos sobre os principais objetivos e metas do PROANTAR; históricos de participações da comunidade científica nas diversas Operações Antárticas (OPERANTAR); e histórico de provisionamentos de recursos orçamentários o que, após uma análise qualitativa e quantitativa, nos deu um retrato fiel sobre a evolução do Programa. Por fim, buscou-se o cruzamento das informações coletadas pelas pesquisas bibliográfica e documental com os dados de outros países, permitindo uma análise das principais dificuldades e possibilidades vislumbradas dentro do PROANTAR, assim como de possíveis ações para o seu desenvolvimento e protagonismo.

Dessa forma, o trabalho foi estruturado em três partes. A primeira descreve o histórico da exploração do continente e o desenvolvimento do PROANTAR no decorrer de sua existência, chegando até o momento atual, onde são apresentados os seus componentes e suas atividades decorrentes. Na segunda parte são apresentados os objetivos e metas do Programa, levantando-se o histórico das pesquisas realizadas e os recursos disponibilizados, identificando, assim, as suas principais deficiências. A terceira e última parte, estabelece uma análise comparativa com os programas de outros países, como forma de traçar um retrato fidedigno da situação do PROANTAR dentro do STA e como o Programa pode se fortalecer, buscando maior influência nos destinos do continente.

2 A ANTÁRTICA E O DESENVOLVIMENTO DO PROANTAR

2.1 HISTÓRICO DO SISTEMA DO TRATADO DA ANTÁRTICA

A Antártica é conhecida como o continente dos superlativos. É assim chamado por reunir características surpreendentes. É o mais alto, sua superfície é coberta por uma camada de gelo de aproximadamente 2.000 metros, chegando, em alguns pontos, a 4.000 metros. O mais frio, tendo sido registradas temperaturas de -89°C , na Estação Russa de Vostok, e também o mais ventoso, com rajadas de até 200 km/h^5 .

⁵ INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS. Centro Polar e Climático. **Dados Geográficos Antárticos**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/inctcriosfera/arquivos/FactSheetAntarticaBrasil.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

O continente ficou "esquecido" até o século XVIII, quando caçadores de baleias e focas buscaram as suas águas para realizar a caça desses animais. No início do século XX, tivemos a chamada "Era Heroica"⁶ da Conquista Antártica, com seu ápice no ano de 1911, quando o norueguês Roald Amundsen e o inglês Robert Scott travaram uma verdadeira corrida para a conquista do Polo Sul, com a "vitória" do norueguês. Nessa época, a África já havia sido dividida pelas potências europeias e ocorria uma grande disputa pela primazia nos últimos lugares da terra ainda sem ocupação humana, no caso o Ártico e a Antártica. As expedições dessa época serviriam posteriormente como embasamento para muitas reclamações territoriais no continente (FERREIRA, 2009).

Para justificar as reivindicações territoriais na Antártica, inúmeros argumentos foram usados, desde a descoberta de terras, passando pela contiguidade territorial, a teoria dos quadrantes e exploração econômica. Países como Chile e a Argentina e utilizam, também, da perspectiva histórica, ao se considerarem herdeiros do território atribuído aos espanhóis pelo Tratado de Tordesilhas. No entanto, quase todos buscam se basear em variações da teoria dos setores⁷, apresentada em 1907 pelo senador canadense Pascal Poirer e utilizada para a partilha das ilhas árticas (SIMÕES, 2014).

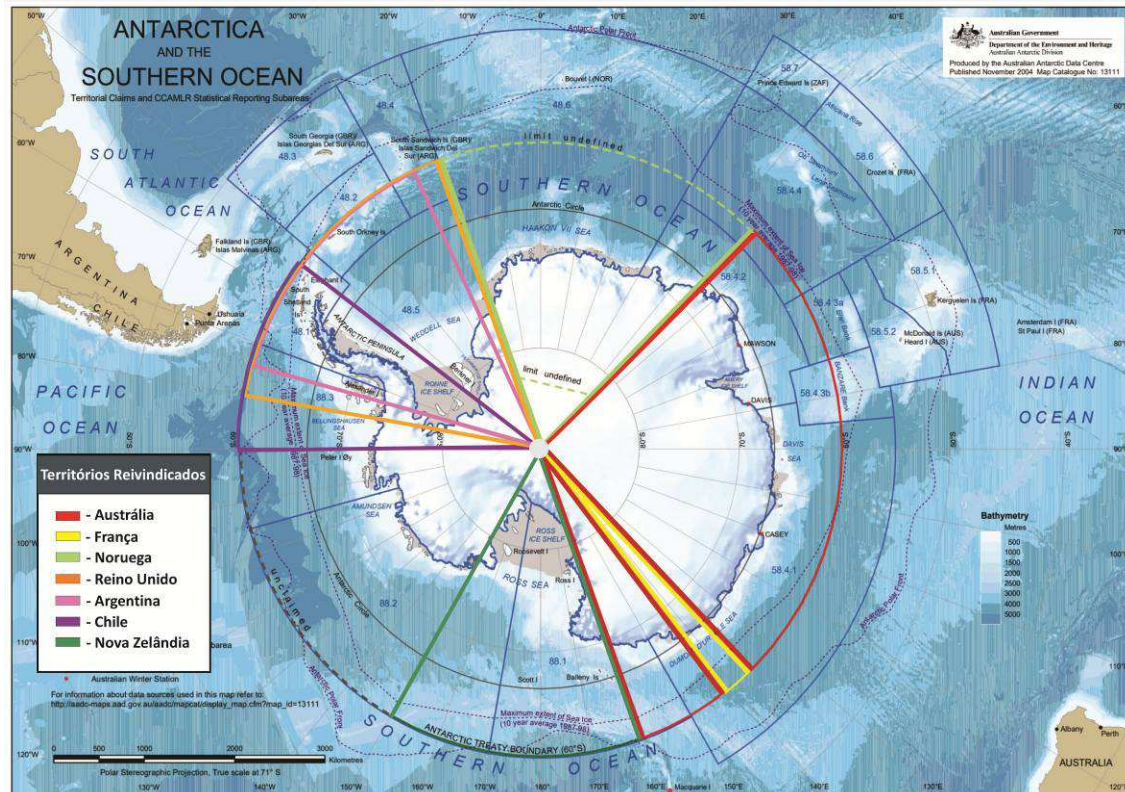
O primeiro país a reivindicar formalmente uma parte do continente antártico foi o Reino Unido, em 1908, seguido pela Nova Zelândia (1923); França (1924); Austrália (1933) e Noruega (1939). Uma vez que tanto a Nova Zelândia quanto a Austrália eram colônias britânicas, o Império Britânico buscava obter quase 2/3 de toda a Antártica (DAY, 2013 apud MATTOS, 2015).

Chile e Argentina foram os últimos a formalizar suas reivindicações, o que veio a ocorrer em 1940. Podemos ver na Figura 1, os setores pretendidos pelos diferentes países, inclusive as áreas sobrepostas dos sul-americanos e Reino Unido. Fato é que, o Artigo IV do TA, que trata das reivindicações territoriais no continente é bastante confuso, uma vez que, da mesma forma que não reconhece as reivindicações, também não as contesta (FERREIRA, 2009).

⁶ FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. **O Sistema do Tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p.26.

⁷ A teoria é baseada em um triângulo formado por dois meridianos que partem do polo Norte até os extremos leste e oeste do litoral do país reivindicante, uma vez que não há nenhum Estado no oceano austral, como adaptação usa-se o paralelo 60° no limite norte.

Figura 1: Reivindicações Territoriais



Fonte: Australian Antarctic data centre⁸
Elaborado pelo autor

O início da Segunda Guerra Mundial conteve iniciativas de novas reivindicações, porém despertou a importância estratégica do Oceano Austral que circunda o continente. O fato de ser o local de encontro de três oceanos foi bastante explorado pelos alemães, ao atacarem diversas embarcações aliadas (MATTOS, 2015).

O fim do conflito trouxe a Guerra Fria e, também, o grande receio dos países aliados aos EUA de uma "ocupação" do continente antártico por bases russas. Dentro desse contexto, ocorreu o 3º Ano Geofísico Internacional (AGI), no período de julho de 1957 a dezembro de 1958. Nesse período, cientistas de 67 países trabalharam a fim de proporcionarem uma melhor compreensão dos fenômenos relacionados ao espaço exterior e a Antártica. Do ponto de vista político, foi um marco para a geopolítica antártica, com a ciência assumindo grande protagonismo e sendo o verdadeiro embrião para assinatura do Tratado da Antártica, em 1959 (FERREIRA, 2009).

Durante o AGI, doze países estabeleceram estações de pesquisa no continente: África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e União Soviética. Os mesmos países que, um ano depois, se reuniram na

⁸ Disponível em: http://www.antarctica.gov.au/_data/assets/pdf_file/0009/179883/Antarctic-Territorial-Claims-map-13111_300dpi.pdf. Acesso em 30 jun. 2019.

Conferência de Washington, realizada de 15 de outubro a 1º de dezembro, para assinatura do Tratado da Antártica (TA)- instrumento que regula a atuação dos países e indivíduos na região antártica. A partir de então, os países signatários se encontram nas Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica (*Antarctica Treaty Consultative Meeting*, ATCM), que ocorrem anualmente (CANNABRAVA, 1982).

2.2 O BRASIL E A ADESÃO AO TRATADO

O Brasil não foi convidado para a Conferência de Washington e, fruto deste episódio, enviou uma nota de protesto ao governo norte-americano. A resposta fez referência ao fato de o país não ter estabelecido nenhuma estação de pesquisa científica no continente antártico durante o AGI. Hoje se entende que havia um grande receio de que países aliados da URSS tomassem parte da conferência. Desta forma, os EUA decidiram restringir o número de participantes (FERREIRA, 2009).

Vale ressaltar que, até aquele momento da história do continente, o Brasil não havia realmente "acordado" para a sua importância, salvo algumas participações esporádicas em expedições estrangeiras. As demonstrações de interesse brasileiro vieram, inicialmente, do meio militar, em meados da década de 50, pela identificação do continente como uma área estratégica para o país (MATTOS, 2015).

O crescimento da Teoria da Defrontação⁹, defendida pela ilustre geopolítica brasileira Therezinha de Castro, era, também, uma variação da teoria dos setores, que afirmava que a Antártica deveria ser fracionada pelos meridianos extremos dos territórios dos países do hemisfério sul, no caso do Brasil, entre os meridianos do Arroio Chuí e da Ilha Martin Vaz. Esta reivindicação territorial se justificaria tendo como pano de fundo a segurança nacional, uma vez que o continente antártico poderia ser utilizado como base para um suposto ataque ao país (FERREIRA, 2009).

De acordo com Mattos (2014), até o final da década de 50 e os anos 1960, apesar de inúmeras manifestações em favor do territorialismo, nenhuma ação concreta foi apresentada por parte do governo brasileiro em relação à Antártica. Muito desse posicionamento deve-se ao pensamento político brasileiro que prevalecia na época, onde o desenvolvimento interno era buscado como forma de obter a independência do cenário internacional.

O Deputado Eurípides Cardoso de Menezes, um fervoroso apoiador da Teoria da Defrontação, discursou no Congresso Nacional, em 1970, defendendo os princípios da teoria,

⁹ Na sua concepção, a Teoria da Defrontação beneficiaria também outros países da América do Sul, como: Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai.

exaltando os direitos territoriais do Brasil na Antártica, reacendendo, assim, o assunto em diversos setores do governo (CASTRO, 1976, apud MATTOS, 2014).

O discurso repercutiu de tal forma que, em 1974, uma exposição de motivos para adesão ao Tratado foi levada ao Presidente Geisel. No documento, foram levantados fatores estratégicos e de segurança nacional, além de ter sido ressaltada a perspectiva da exploração de recursos minerais do continente, assunto que já vinha sendo discutido nas reuniões do TA. A recomendação apresentada era de que o Brasil deveria aderir ao TA, fato reforçado pela expectativa de uma possível revisão do documento em 1991¹⁰. Destaca-se que o ano de 1973 trouxe ao mundo a crise do petróleo, e a Antártica apresentava-se ao Brasil como uma possível solução para a escassez do combustível¹¹. Apesar dos fatos apresentados, o país só aderiu ao TA em 1975, após o arrefecimento dos ânimos com a Argentina, em face da construção de Itaipu - fruto da mudança de posicionamento da política externa brasileira, com o início do período chamado *Brasil potência*, onde o país buscava uma maior projeção no cenário internacional (FERREIRA, 2009).

Uma vez que havia o entendimento de que o TA seria revisto em 1991, e que só os Membros Consultivos poderiam opinar nesta revisão, o Brasil acelerou a implantação do Programa Antártico Brasileiro, criado em 12 de janeiro de 1982, por meio do Decreto n°86830, com o objetivo principal de promover substancial pesquisa científica. Como forma de cumprir o previsto no Artigo IX do TA, o Brasil realiza a primeira OPERANTAR no verão antártico de 1982/1983.

Guiado pelo exemplo de Alemanha e Polônia, o planejamento inicial do governo brasileiro era de que, antes de submeter o pedido para ser aceito como Membro Consultivo, o País deveria fortalecer suas atividades de pesquisa no continente, com intuito de ser admitido no Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica (SCAR)¹² e, também, implantar uma estação científica na Antártica, o que estava previsto somente para o verão de 1986/87 (FERREIRA, 2009).

Movimentos no tabuleiro geopolítico mundial favoreceram ao Brasil se tornar Membro Consultivo e alteraram todo o planejamento inicialmente realizado. Dois episódios ocorridos no ano de 1982 foram decisivos para a aceitação do país já no ano de 1983: a expedição

¹⁰ O Artigo XII do Tratado da Antártica prevê a possibilidade de revisão do tratado após 30 anos do início de sua vigência. A interpretação de que haveria esta revisão em 1991 é comprovada pelo número de países que aderiram ao TA nas décadas de 70 e 80. Dos 29 MC, 14 aderiram ao TA neste período.

¹¹ Neste período o Brasil importava cerca de 80% do petróleo consumido no país.

¹² Criado em 1958, o SCAR é o comitê interdisciplinar do Conselho Internacional para a Ciência (ICSU) responsável pela implementação, desenvolvimento e coordenação de investigação científica internacional na região Antártica.

enviada ao continente pela Índia sem o país ter aderido ao TA; e a tentativa da Malásia em incluir a Antártica na pauta da Assembleia Geral da ONU (AGNU).

O primeiro evento fez com que países signatários do TA, baseados no Artigo X¹³ do Tratado, convidassem a Índia a aderir ao documento. O país estabeleceu como condicionante ser aceito automaticamente como Membro Consultivo. O pleito ao ser analisado trouxe a seguinte questão: caso a Índia fosse aceita, o Brasil também deveria ser, pois nosso programa apresentava-se em um estágio mais avançado que o programa antártico indiano. Atrelado a isso, a aceitação de dois países em desenvolvimento demonstraria certo ar de universalização do TA e tiraria a pressão sobre a condução do tema Antártica à AGNU. Naquele momento, a questão da exploração dos recursos minerais no continente estava sendo discutida no âmbito do Tratado e não era de interesse acrescentar novos atores, uma vez que a proposta levada à ONU era de internacionalização do continente.

Sendo assim, em 1983, o Brasil foi aceito como Membro Consultivo do TA. A inauguração da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), na Ilha Rei Jorge, em 06 de fevereiro de 1984, foi o marco definitivo do início da história do Brasil na Antártica (BRASIL, 2011; FERREIRA, 2009).

Ao analisarmos a tardia adesão do Brasil ao TA, podemos observar que o tema ficou relegado a um segundo plano até o início da década de 70, quando o Brasil viu na adesão ao Tratado uma oportunidade para projetar-se como grande potência. A criação do PROANTAR, bem como o início das pesquisas e a inauguração da EACF, são importantes demonstrações da mudança de mentalidade por parte do Estado brasileiro em relação à Antártica.

2.3 O PROANTAR E SEUS OBJETIVOS

O PROANTAR é um Programa de Estado gerenciado pela MB por intermédio da SECIRM. Tem como base os objetivos estabelecidos na Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), que foi promulgada em 1987. O documento foi criado para possibilitar o alcance dos objetivos do Brasil na Antártica, dentre os quais podemos ressaltar (BRASIL, 1987, p.3): "[...] b) prosseguimento e ampliação do Programa Antártico Brasileiro, fundamento da inclusão do Brasil entre as Partes Consultivas."

Além da POLANTAR, o Programa segue também as diretrizes políticas e científicas emanadas, respectivamente, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo Ministério

¹³ O Art. X do TA concita aos países membros que envidem esforços para impedir que ninguém exerça atividades na Antártica contrárias ao estabelecido no Tratado.

da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

O PROANTAR é estruturado em quatro vertentes básicas: a da política externa - a cargo do MRE; a científica - coordenada pelo MCTIC e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); a ambiental - a cargo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que avalia todas as atividades do PROANTAR na Antártica de acordo com o estabelecido no Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente (Protocolo de Madrid); e a logística - a cargo do Ministério da Defesa (MD), coordenada e realizada pela Marinha do Brasil por intermédio da SECIRM. Em conjunto com a comunidade científica, estas instituições compõe o chamado Sistema Antártico Brasileiro.

Os objetivos do país na Antártica estão dispostos claramente no Item IV da POLANTAR, no entanto, segundo Gandra (2013), em função da evolução do STA, há a necessidade de revisão dos conceitos lá estabelecidos, haja vista que o texto foi produzido em 1987, período onde a vertente econômica se sobrepunha à científica.

Alinhado a este pensamento, e com a finalidade de reorientar as ações para o futuro, em 2010, o PROANTAR elaborou um Planejamento Estratégico estabelecendo metas que visavam fortalecer a presença brasileira na Antártica, demonstrando o firme interesse do país no continente (BRASIL, 2011). Além dos objetivos e metas, o documento estabeleceu a seguinte visão de futuro para o Programa (BRASIL, 2011, p.23, grifo nosso): "Ser um Programa de referência internacional **com liderança dentro do STA**, conquistada pela qualidade das pesquisas científicas desenvolvidas, com ênfase naquelas que influenciem o Brasil." No ano de 2013, o MCTIC, em conjunto com a comunidade científica, elaborou a publicação *Ciência Antártica para o Brasil*, que estabeleceu um plano de ação para ciência antártica brasileira, no período de 2013-2022. A publicação demonstra que somente o estabelecimento de um programa científico de ponta no continente dará ao Brasil um papel de destaque perante aos outros atores do STA (BRASIL, 2012).

Este reconhecimento da necessidade do desenvolvimento do PROANTAR reflete-se nos documentos de mais alto nível de planejamento do MD, a PND, a END e o LBDN. Ao analisarmos as três edições atuais das publicações, observamos que de 1996 - ano de publicação da primeira versão da Política de Defesa Nacional, até os dias atuais, houve uma evolução e o reconhecimento da importância que o continente antártico tem para o país.

A publicação de 1996 já fazia menção à Antártica, estabelecendo entre suas diretrizes a necessidade de se desenvolver pesquisa na região e aumentar a participação brasileira nos destinos do continente. Hoje, além de o LBDN ressaltar a influência que o continente tem sobre o clima e as correntes marinhas do Brasil, a versão atual da PND estabelece entre seus

fundamentos a Antártica como área de interesse prioritário no entorno estratégico brasileiro. Como decorrência, a END apresenta a Ação Estratégica de Defesa-51 - Incrementar a participação brasileira nas decisões sobre o destino da região Antártica.

Como vemos, a experiência adquirida pelo país, em mais de trinta anos de OPERANTAR, propiciou o reconhecimento do continente como região estratégica para o Brasil, dando também embasamento necessário à elaboração de documentos para o planejamento do Programa em todas as suas vertentes.

3 O BRASIL NA ANTÁRTICA

3.1 A PESQUISA BRASILEIRA NA ANTÁRTICA

Gandra (2013) afirma que, nos primórdios das OPERANTAR, a presença brasileira na Antártica se justificava mais por interesses econômicos-territorialistas, do que pela pesquisa propriamente dita. Somente no início dos anos de 1990, com o fim da Guerra Fria e as descobertas contundentes com relação à Antártica, a vertente científica-ambiental ganhou força no âmbito do STA.

O PROANTAR vem procurando, desde então, acompanhar este novo viés do STA, no qual a ciência ganha um importante significado geopolítico. Com essa nova perspectiva, a pesquisa antártica brasileira vem ampliando seus conhecimentos como, por exemplo, uma maior compreensão dos fenômenos meteorológicos que lá ocorrem e influenciam diretamente o nosso território, propiciando uma gestão mais eficiente de setores importantes da nossa economia, como o agronegócio e a indústria pesqueira.

Como forma de organizar os esforços da comunidade científica brasileira na Antártica, foi criado, em 2002, um trabalho conjunto do MCTIC, MMA e CNPq, o projeto das Redes de Pesquisa, que foi dividido em duas vertentes: uma pesquisava as variações ambientais em escala global e as possíveis implicações no meio ambiente antártico; e a outra o monitoramento do impacto das atividades nas áreas próximas à EACF. Além de trazer uma boa injeção de recursos para a pesquisa antártica brasileira, o projeto conseguiu unir várias instituições de ensino superior em torno de um único tema, a Antártica. O projeto, que envolvia 24 instituições de pesquisa, foi interrompido em 2005 devido à falta de uma política científica e orçamentária consistente para o PROANTAR (GANDRA, 2013).

No ano de 2008, com a criação do Programa Institutos Nacionais de Ciência e

Tecnologia (INCT)¹⁴, buscou-se agregar instituições de todo o país focadas em pesquisas estratégicas para o desenvolvimento sustentável. Os INCT ligados especificamente à Antártica são o INCT da Criosfera e o INCT de Pesquisas Ambientais. Além disso, em 2007, foi criada a Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro¹⁵, com o propósito de dar suporte e possibilitar a continuidade das pesquisas brasileiras na Antártica. Cabe ressaltar que, desde a sua criação, a Frente Parlamentar contribui com aportes pontuais ao Programa, não havendo, no entanto, um fluxo previsível de recursos (ANDRADE *et al*, 2018).

Apesar das iniciativas, a inconstância do aporte de recursos é um problema que prejudica a continuidade das pesquisas. Em uma tentativa de atenuar este problema, o lançamento dos Editais MCTI/CNPq n°23/2009 e 64/2013 são fatos marcantes na trajetória recente da ciência brasileira no continente. Com um plano de trabalho de três anos, o Edital n°23 enviou para a Antártica 19 projetos.

O Edital n° 64 aprovou 18 projetos de pesquisa, previstos para serem executados em 36 meses. Entretanto, fruto de contingenciamentos de recursos, e a inexistência de um novo edital que possibilitasse a continuidade das pesquisas, o Edital teve seu prazo de vigência prorrogado em mais 12 meses, sem suplementação dos valores inicialmente previstos.

Reflexo disso, tivemos um decréscimo de 40% em quatro anos - de um total de 191 pesquisadores enviados na OPERANTAR XXXIII (2014/15), chegamos a 116 na OPERANTAR XXXVII (2018/2019)¹⁶.

Cinco anos após o lançamento do último edital, e com a pesquisa antártica brasileira enfrentando uma grave crise, o Edital n°21/2018 foi lançado, trazendo alento à comunidade científica. Dos 19 projetos científicos aprovados, 12 são estreantes no PROANTAR, destacando-se a entrada, por exemplo, da Fundação Oswaldo Cruz - instituição centenária e reconhecida internacionalmente, que dará mais visibilidade ao Programa.

O crescimento do PROANTAR depende não só de um maior conhecimento por parte da sociedade sobre as pesquisas desenvolvidas pelos cientistas brasileiros, mas, também, de um incremento nas suas aplicações práticas, com estudos mais detalhados na área de previsões meteorológicas, das mudanças climáticas, além da aplicação dos conhecimentos sobre biodiversidade e adaptação dos organismos antárticos a condições extremas de frio, nas áreas

¹⁴ O programa INCT, coordenado pelo MCTIC e operacionalizado pelo CNPq, busca agregar grupos de pesquisa para desenvolver a ciência em diferentes áreas de interesse do país. Dados sobre os INCT disponíveis em: <http://inct.cnpq.br/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

¹⁵ Dados sobre Frente Parlamentar disponíveis em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53959-integra.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

¹⁶ Dados do arquivo do Grupo de Operações do PROANTAR.

médica e farmacêutica (BRASIL, 2011).

Uma maior visibilidade do Programa, bem como a sensibilização da sociedade brasileira sobre a sua real importância, propiciará a construção de uma política orçamentária consistente para o PROANTAR, possibilitando um planejamento em longo prazo e a evolução do Programa em todas as suas vertentes (logística, científica, ambiental e política):

Urge a conscientização do segmento civil (pesquisadores e cientistas) sobre a importância geopolítica do PROANTAR, bem como do segmento militar sobre a importância da pesquisa ali realizada, pois em última análise é a PESQUISA que mantém o status do Brasil como membro consultivo do Tratado. Os cortes orçamentários que afetam o PROANTAR não prejudicam apenas a logística e as pesquisas, mas a própria imagem do país e ameaça baixar o status do Brasil a um cenário internacional menos importante (CÂMARA, 2017, p.20).

Apesar dos inegáveis avanços alcançados em quase 38 anos de pesquisa no continente antártico, podemos verificar que a estrada percorrida desde o início dos anos 80 encontra terrenos bastante irregulares que impedem um avanço contínuo e sem sobressaltos. O que constatamos é a existência de picos de incentivo, sem o estabelecimento de um projeto sólido e contínuo que possa dar sustentação a nossa ciência antártica, um dos pilares para a existência do PROANTAR. Sustentação esta que vem principalmente de um constante aporte financeiro.

3.2 O ORÇAMENTO DO PROANTAR.

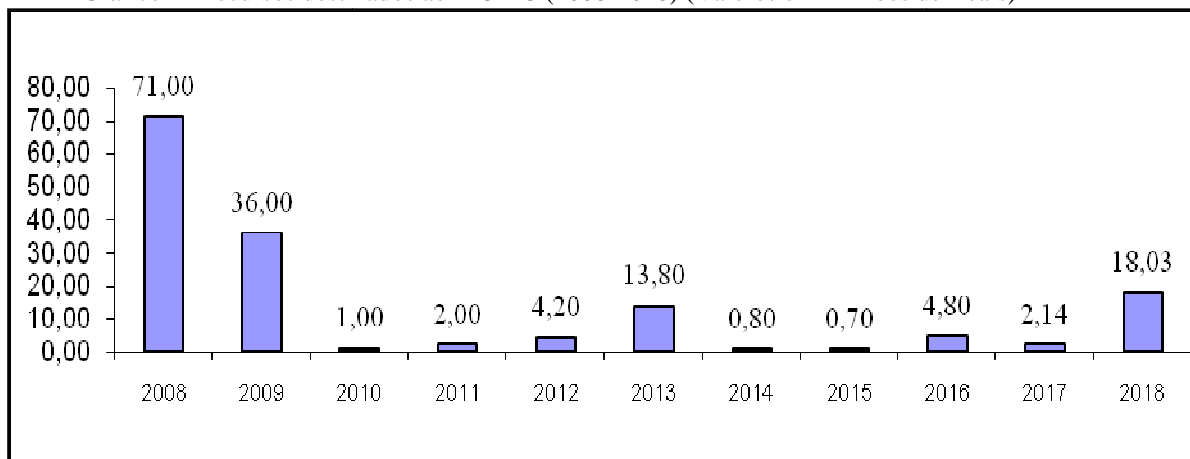
As OPERANTAR envolvem um complexo emaranhado de atividades que se desenvolvem em duas fases distintas: o verão antártico (outubro ano A até março do ano A+1); e a fase de inverno (março a outubro do ano A+1). É durante o verão que ocorre a grande maioria das atividades de pesquisa e logística, como o abastecimento da EACF; o trânsito de pesquisadores e militares; e o apoio às pesquisas. Na fase de inverno, todos os meios de apoio - navios e helicópteros, retornam ao Brasil para manutenção e a EACF permanece guarnecida somente por militares do Grupo-Base da MB - responsáveis pela manutenção do funcionamento da estação e por manter a presença brasileira no continente. Neste período, o fluxo de material para a EACF é realizado através do lançamento de carga, por paraquedas, em aeronave C-130 da Força Aérea Brasileira. Todo este minucioso planejamento inicia-se alguns meses antes, envolvendo a SECIRM, o MMA e o MCTIC, sendo o orçamento disponível um dos pontos cruciais para toda a sua operacionalização, tanto para as atividades logísticas quanto para o financiamento direto à pesquisa.

Uma vez que, “quanto mais se desenvolve a formação científica, maior deverá ser o

investimento logístico" (GANDRA, 2013, p.112), avaliaremos os recursos disponibilizados ao MCTIC e SECIRM, num espaço temporal dos últimos dez anos, como forma de criar um retrato mais fidedigno dos investimentos destinados ao PROANTAR.

Ao analisarmos o gráfico 1, representando os recursos destinados ao incentivo à ciência, podemos verificar os quatro anos em que houve um grande aporte, nos anos de 2008, 2009, 2013 e 2018. O significativo valor no ano de 2008 deve-se à compra do Navio Polar Almirante Maximiano. O 4º Ano Polar Internacional (2007-2009) impulsionou uma injeção de R\$ 14.000.000,00, provenientes da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro. Os recursos provenientes do Edital nº23/2009 e mais R\$ 12.000.000,00 destinados aos INCT, completam o montante de 2009.

Gráfico 1- Recursos destinados ao MCTIC (2008-2018) (Valores em Milhões de Reais)



Fonte: GA - MCTIC/CNPq (2018)
Elaborado pelo autor

O Edital nº64/2013, com um aporte de recursos de R\$ 13.800.000,00¹⁷, propiciou o pico de incentivo no ano de 2013. Vale ressaltar que este edital teve seu período prorrogado em doze meses, sem uma injeção de recursos proporcionais. Neste intervalo, os pesquisadores antárticos tentaram uma série de medidas de sensibilização da classe política para a obtenção de recursos, como mostra o trecho da carta enviada em março de 2018, ao então ministro do MCTIC, Gilberto Kassab: “Infelizmente não há recursos financeiros para compra de equipamentos científicos da estação e, mais grave, para o financiamento de projetos científicos e bolsas de estudos [...]” (NASCIMENTO, 2013,p.1). Conforme destacou Floresti (2018), os anos de 2016, 2017 e 2018 foram de extrema dificuldade para os pesquisadores antárticos brasileiros. Sem o lançamento de um novo edital que possibilitasse o financiamento dos projetos. Apesar de estarmos prestes a inaugurar uma moderna estação, muitos cientistas

¹⁷ Dados disponíveis em: <http://resultado.cnpq.br/7864243406138536>. Acesso em: 13 jul. 2019.

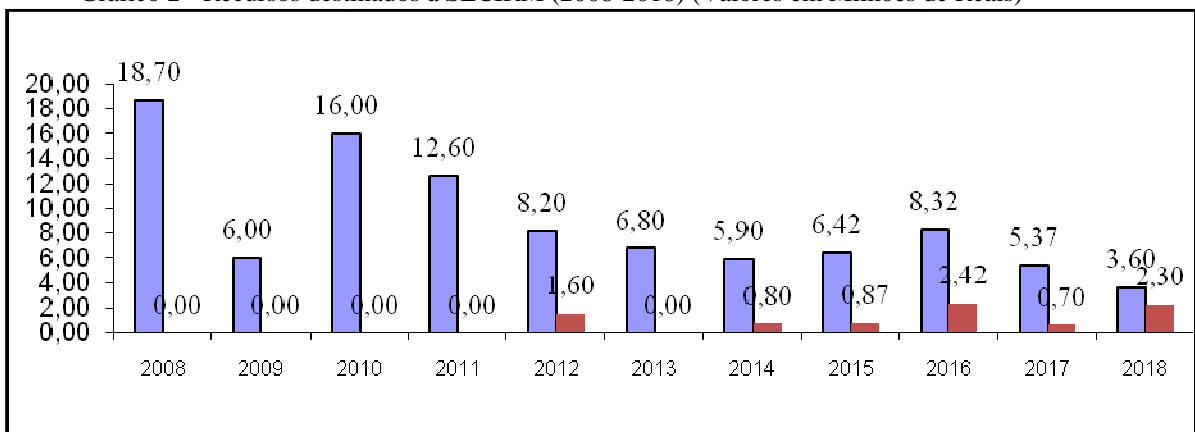
não poderiam usufruir das suas benesses.

O fato é que, depois de 2013, os recursos para ciência antártica diminuem a cada ano, e somente no final do ano de 2018 é que houve a aprovação de um novo edital para pesquisa, Edital nº21/2018, com a disponibilização de um valor total de R\$ 18.000.000,00 em três anos.

As OPERANTAR envolvem uma complexa gama de atividades logísticas, e os recursos executados pela SECIRM são empregados de uma maneira geral no apoio direto à pesquisa e na manutenção de instalações e meios.

Da mesma forma que os recursos destinados à ciência, verificamos no Gráfico 2 que os recursos disponibilizados para o apoio logístico do PROANTAR apresentam-se em uma decrescente. Podemos ressaltar os valores disponibilizados via emendas parlamentares¹⁸, que a cada ano vêm assumindo um importante papel no orçamento do Programa, fato preocupante, uma vez que há uma grande inconstância destes valores, impossibilitando o estabelecimento de metas em longo prazo.

Gráfico 2 - Recursos destinados à SECIRM (2008-2018) (Valores em Milhões de Reais)



Fonte: GO- SECIRM (2018)
Elaborado pelo autor

Buscando atenuar este problema, foi assinado, em 07 de agosto de 2019, o Termo de Cooperação entre a Marinha do Brasil e a PETROBRAS, que visa atenuar os impactos que o apoio logístico às atividades do PROANTAR ocasiona no orçamento da MB, fato recorrente na conjuntura atual. O aporte desses recursos é oriundo da cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Lei nº 9478, de agosto de 1997.

O que pudemos observar nesta análise do orçamento do PROANTAR é um retrato preocupante, visto que a imprevisibilidade do aporte de recursos pode causar a interrupção de estudos científicos importantes, bem como torna mais difícil à execução de projetos de

¹⁸ Valores representados nas colunas em vermelho.

melhoria da infraestrutura logística, restando apenas à possibilidade de reposição do material mais desgastado, sem um aumento efetivo na capacidade de apoio às pesquisas brasileiras na Antártica.

4 O SEXTO CONTINENTE E O INTERESSE INTERNACIONAL.

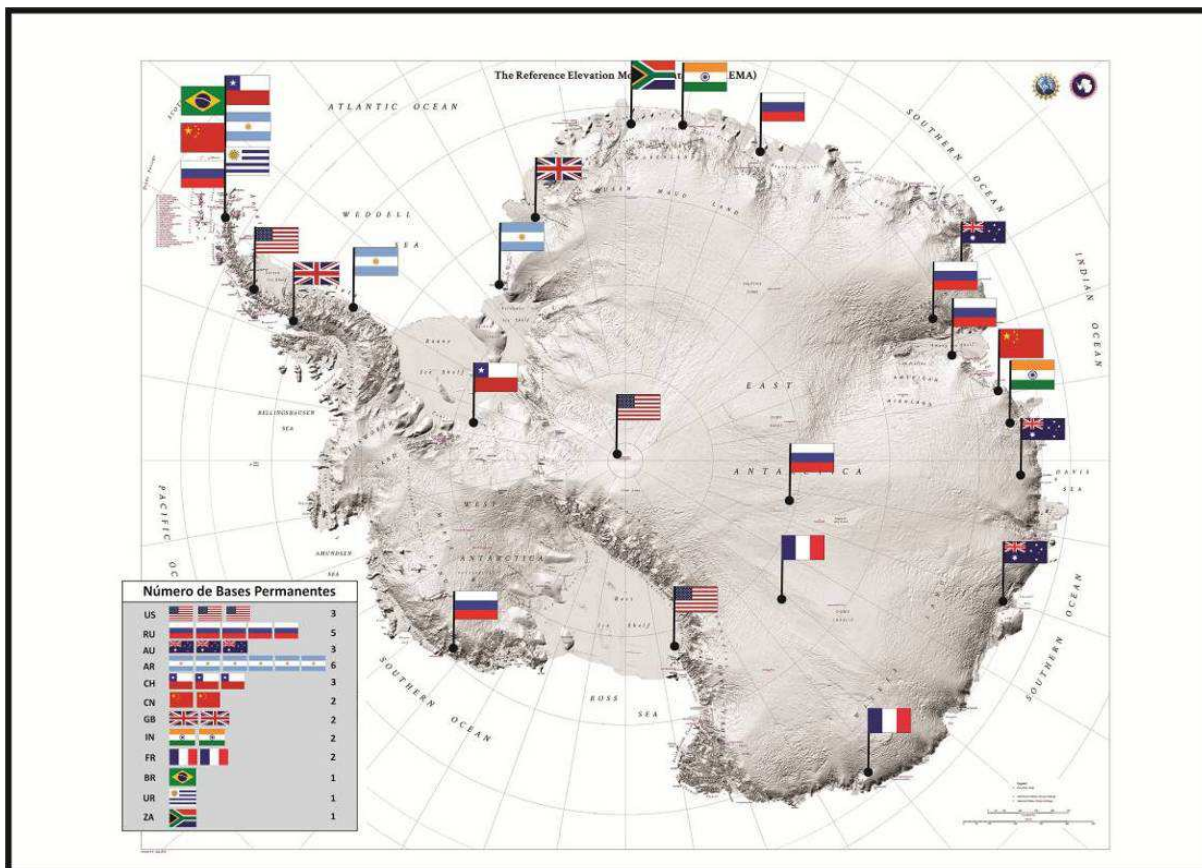
4.1 A PRESENÇA INTERNACIONAL NA ANTÁRTICA

O Tratado da Antártica, assinado em 1959, teve inicialmente doze países signatários e, hoje, prestes a completar 60 anos, conta com 53, dentre os quais 29 são Membros Consultivos. O Tratado evoluiu e uma alteração significativa no STA deu-se muito em função do crescimento da preocupação mundial com as mudanças climáticas e suas consequências para o planeta (FERREIRA,2009).

De acordo com Andrade *et al* (2018), um dos parâmetros de medição da importância que os países dão ao continente antártico é o número de bases científicas que cada um possui. Fruto disso, verificamos que dos países consultivos, todos possuem ao menos uma base científica na Antártica, seja ela permanente ou sazonal. A título de comparação poderemos ver na Figura 1, o número de bases dos países sul-americanos Argentina, Chile e Uruguai, além dos EUA, Reino Unido, Austrália e os BRICS.

Ao examinarmos a figura 2, podemos verificar que grandes potências mundiais têm uma forte presença no continente, isto sem falar de algumas outras que não foram listadas. O Brasil, apesar de encontrar-se no grupo de países que contam com apenas uma estação permanente, possuirá uma das mais modernas bases da Antártica, cuja inauguração está prevista para janeiro de 2020.

Figura 2 - Bases Antárticas Permanentes



Fonte: Council of Managers of National Antarctic Program (COMNAP)¹⁹
Elaborado pelo autor

O fato de termos uma estação de última geração não inibe lacunas importantes do nosso Programa, o país não possui um navio quebra-gelo - que possibilitaria uma operação com mais segurança, explorando áreas ainda não pesquisadas por nossos cientistas. Apesar do esforço da MB em adquirir um novo navio, ele apenas substituirá o antigo navio de apoio oceanográfico Almirante Ary Rongel, que opera na Antártica desde 1994. Desta forma, ainda teríamos apenas dois navios para o apoio logístico e a pesquisa, que este autor considera muito pouco, dada as nossas pretensões dentro do STA.

Dentre os países da América do Sul, podemos destacar a Argentina que ativou, em novembro de 2018, o Comando Conjunto Antártico permanente, com o objetivo de planejar e organizar o apoio logístico às bases e à pesquisa (SZKLARZ, 2018). Além de possuir seis bases no continente, reformou o quebra-gelo ARA Irizar, que voltou a operar em 2017. Em 2015, incorporou quatro novos navios polares comprados da Rússia.

No campo científico, os dois últimos informes sobre a produção científica do Instituto Antártico Argentino, de 2017 e 2018, apontam que, na última década, o número de

¹⁹ Dados disponíveis em https://www.comnap.aq/Publications/Comnap%20Publications/comnap_map_edition5_a0_2009-07-24.pdf. Acesso em 13 ago. 2019.

publicações chegou a cerca de 500, entre artigos e livros publicados²⁰, crescendo mais de 10% a cada ano.

Já o Chile, país com quem o Brasil tem grande interação em assuntos antárticos²¹, contratou, em 2015, a estatal *Astilleros y Maestranzas de la Armada*, para projetar e construir o primeiro quebra-gelo fabricado no hemisfério sul, com previsão de entrega em 2023 (GARCIA, 2018). Em janeiro de 2017, durante a 53ª Reunião do Conselho de Política Antártica do Chile, foi aprovada a nova Política Antártica Nacional 2017, alinhada com os novos rumos do STA(CHILE,2017). Ressalta-se que a versão anterior da Política Chilena era do ano de 2000, sendo renovada já em 2017, e a nossa POLANTAR ainda é a mesma, desde 1987.

Durante a XXXI Reunião do Conselho de Gerentes de Programas Antárticos Nacionais (COMNAP)²², ocorrida entre 28 e 31 de julho de 2019, representantes do Chile divulgaram um documento com o resultado do acompanhamento dos últimos 10 anos do Programa Nacional de Ciência Antártica, relatando o significativo crescimento de 34 projetos em 2009, para 106 em 2019.

A China, que teve sua primeira operação no verão de 1984/1985, depois do Brasil, vem ampliando sua presença na Antártica com a construção de sua quinta estação e de um novo navio quebra-gelo. No ano de 2015, assinou um convênio de cinco anos com a Austrália para uso dos portos e aeroportos daquele país como trampolim para as suas expedições. Com países como EUA e Austrália tendo seus orçamentos para Antártica estagnados - apesar de serem ainda um dos que mais investem - a China apresenta-se como um importante ator, fortalecendo cada vez mais sua presença no continente (PERLEZ, 2015)²³.

Mas qual o motivo desse crescente interesse?

Mattos e Portella de Aguiar (2015)²⁴ afirmam que, no futuro, provavelmente o STA será levado a uma revisão, com a implantação de mecanismos que possibilitem o início da

²⁰ Dados disponíveis em: https://cancilleria.gob.ar/userfiles/ut/informe_iaa_2017.pdf (2017) e https://cancilleria.gob.ar/userfiles/ut/informe_iaa_2018.pdf. (2018). Acesso em: 29 jul. 2019.

²¹ O PROANTAR utiliza a estrutura presente na cidade de Punta Arenas como base de apoio para os nossos navios, aeronaves da FAB e manutenção de maquinários da EACF, além da pista da Base de Frei, para pousos de nossas aeronaves na Antártica.

²² COMNAP é um organismo formado pelos países signatários do TA, foi formalmente reconhecido como integrante do STA em 1997, na qualidade de Observador, e proporciona assessoria à ATCM em assuntos técnicos, práticos e não-políticos relacionados principalmente a segurança e logística.

²³ Disponível em: https://www.nytimes.com/2015/05/04/world/asia/china-pursuing-strategic-interests-builds-presence-in-antarctica.html?_r=0. Acesso em: 30 ago.2019.

²⁴ Dados disponível em: <http://www.encontronacional2015.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhemFtcyI7czozNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzZPIjtzOjQ6IjZzOjMjgiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiZTc2ZDJkNTUwNmNmNGFjY2I0NTM5YmE5MWMzOTI0Y2QiO30%3D>. Acesso em: 13 mai. 2019.

exploração mineral e a bioprospecção. Esta possível reformulação beneficiará países que tenham programas antárticos robustos e bem estruturados.

Atualmente, a Antártica é regida pelo TA e seus Acordos e Protocolos decorrentes, em especial o Protocolo de Madri, estabelecendo uma série de regras e mecanismos de controle para atividades realizadas no continente. O Protocolo de Madri instituiu um "congelamento" da exploração de recursos minerais pelo menos até 2048. Conforme explicitado no seu artigo 25²⁵, nem a sua revisão, nem o possível início da exploração mineral serão automáticos.

Durante a XXXIX ATCM, em 2016, foram comemorados os 25 anos da entrada em vigor do Protocolo de Madri, e, como marco das comemorações, uma recomendação da assembleia da ATCM foi aprovada reafirmando o compromisso contínuo com a proibição de atividades relacionadas aos recursos minerais antárticos para outros fins que não a pesquisa científica; e o apoio à proibição de mineração na Antártica.(RESOLUÇÃO n°6..., 2016, **tradução nossa**).

Apesar dos diversos países componentes do STA reafirmarem o compromisso com a preservação do continente e a sua utilização somente para pesquisas científicas, há uma mobilização velada dos *players* da política internacional, que buscam a hegemonia através da ocupação do continente com suas estações e navios, utilizando-se da ciência para se sobressair perante os outros membros do TA. Uma posição de destaque construída dessa forma dará legitimidade para que, no futuro, os países possam propor agendas favoráveis às suas pretensões e que tenha poder de barganha para aprová-las.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de uma possível "terra desconhecida", nos confins do hemisfério austral, já constava nas antigas crônicas de Heródoto (século V a.C.). Mas foi apenas no início do século XIX, que as primeiras expedições científicas alcançaram a Antártica. A partir de então, o continente mais inóspito do planeta passou a ser a principal aposta para futuras descobertas científicas, econômicas e geopolíticas²⁶.

O objetivo deste artigo foi analisar os impactos decorrentes que uma política orçamentária deficiente pode causar ao Programa Antártico Brasileiro e como este problema pode influenciar nas pesquisas brasileiras no continente, bem como na ascensão do País como líder dentro do STA, tornando-se um agente influenciador na realização e aprovação de

²⁵ Dados disponíveis em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/tratado-protocolo-madri.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

²⁶ Dados disponíveis em <http://www.megatimes.com.br/2013/10/antartica.html>. Acesso em 28 set. 2019.

propostas favoráveis aos interesses do Brasil.

A inserção da Antártica na PND, em 2012, como parte do entorno estratégico brasileiro, ressalta a necessidade de ampliação na participação do País nas decisões sobre o destino do continente, demonstrando que o Estado brasileiro compreendeu o importante momento geopolítico internacional o qual passa o STA.

Apesar de o Brasil considerar o PROANTAR estratégico, a falta de investimentos contínuos faz com que o Programa não se desenvolva e realize um planejamento em longo prazo, confirmado nesse estudo, por meio da análise do histórico de provisionamentos de recursos orçamentários dos últimos 10 anos.

O STA possui hoje 53 países membros, e o que se pôde observar, por meio deste trabalho, é que, no decorrer de quase 60 anos da assinatura do Tratado, os investimentos no Continente estão sendo cada vez mais ampliados por diferentes atores. E isso não se limita apenas a países desenvolvidos. Como exemplo, podemos citar nossos vizinhos, o Chile, e, em especial, a Argentina - que, desde a década de 90, vem passando por uma grave crise orçamentária - e que, apesar das limitações, não deixaram de investir em seus Programas Antárticos. Ainda que a exploração de recursos minerais esteja embargada, pelo menos até 2048, e no momento seja antieconômica, países como a China e a Índia – esta última com duas bases - vislumbram que o fortalecimento de suas presenças no Continente possibilitará uma maior influência quando este *status* for alterado.

É importante ressaltar que, ainda que pese ao Brasil a visão de possuir um Programa Antártico de Referência, o que comprovamos, no decorrer deste estudo, foi a necessidade de se ampliar a visibilidade do PROANTAR, demonstrando para a classe política e, em especial, para a população brasileira a sua real importância para o País, assegurando, assim, o aporte de recursos contínuos e adequados às suas necessidades logísticas e científicas, que possibilitarão oportunidades de crescimento, por meio da melhoria de estratégias, promoção de novas pesquisas, estabelecimento de políticas claras e contínuas e, acima de tudo, a condução do País a uma posição de destaque nas discussões no contexto do STA, em especial em assuntos referentes aos interesses do Brasil na Antártica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. O *et al.* **O Brasil na Antártica: A importância Científica e Geopolítica do PROANTAR no entorno estratégico brasileiro.** Brasília: Ipea, 2018.

BRASIL. Decreto nº 75.963 de 11 de julho de 1975. **Promulga o Tratado da Antártica.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 de julho de 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D75963.htm. Acesso em: 01 Mai 2019.

_____. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **Anexo a resolução nº 7 da 179ª Sessão Ordinária da CIRM.** Brasília, 2011.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Plano de Ação da Ciência Antártica para o Brasil (2013-2022).** Brasília, 2012.

_____. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **Tratado da Antártica e Protocolo de Madri / MB.** Brasília, 2016a.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, 2016b. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf. Acesso em 24 abr. 2019.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília, 2017. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro_branco_de_defesa_nacional_minuta.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Chamada CNPq/MCTIC/CAPEs/FNDCT nº 21/2018 – Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR.** Disponível em: resultado.cnpq.br/1037641456321717. Acesso em: 02 Mai 2019.

CÂMARA, Paulo Eduardo A.S. **Brasil na Antártica, os próximos 30 anos.** 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso Superior de Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra, Brasília, 2017.

CANNABRAVA, Ivan Oliveira. **A questão Antártida: Aspectos políticos, jurídicos e econômicos do Tratado de Washington.** 221f. Tese - Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 1982.

FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. **O Sistema do Tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

FROLESTI, Felipe. Sem dinheiro, Brasil corre risco de ficar sem cientistas na Antártida. **Revista Galileu**, São Paulo, nº319, 23 Mar 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2018/03/sem-dinheiro-brasil-pode-perder-direito-de-ter-base-na-antartida.html>. Acesso em: 14 jul. 2019.

GARCIA, Nicolas. Chile inicia construcción del primer rompehielos antártico en Latinoamérica. **Infodefensa.com**, 2017. Disponível em: <https://www.infodefensa.com/>

latam/2019/02/14/noticia-asmar-avanza-construccion-rompehielos-antartica.html. Acesso em: 25 ago. 2019.

GANDRA, Rogério Madruga. **Geopolítica antártica no limiar do século XXI[...]**. 202 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

SIMÕES, Stefany Lucchesi. A questão territorial Antártica: Uma análise das teorias de ocupação. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 14, n. 1, 2014. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/6344/4203>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SZKLARZ, Eduardo. Argentina ativa Comando Conjunto Antártico permanente. **Diálogo Revista Militar Digital**. 13 nov. 2018. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt/articles/argentina-activates-permanent-antarctic-joint-command>. Acesso em 29 jul. 2019.

MATTOS, Leonardo Faria. A inclusão da Antártica no conceito de entorno estratégico brasileiro. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 165 – 191, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/193/155>. Acesso em 19 mar. 2019.

_____. **O Brasil e a adesão ao Tratado da Antártica**: uma análise da política externa no Governo Geisel. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos - UFF, 2015. Disponível em: <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000007/000007cd.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

NASCIMENTO, Ana. Crise ameaça pesquisa do Brasil em nova base antártica. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 23 mar. 2018. *online*. Disponível em: https://www.jornaldo.comercio.com/_conteudo/2018/03/geral/618295-crise-ameaca-pesquisa-do-brasil-em-nova-base-antartica.html. Acesso em: 19 ago. 2019.